XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Racionalidade empresarial na gestão do agronegócio: a sustentabilidade na produção.

Tanise Dias Freitas.

Cita:

Tanise Dias Freitas (2009). *Racionalidade empresarial na gestão do agronegócio: a sustentabilidade na produção. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1068

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Racionalidade empresarial na gestão do agronegócio: a sustentabilidade na produção

Tanise Dias Freitas
Mestranda em Ciências Sociais,
Universidade Federal de Santa Maria,
Brasil
tanise1208@yahoo.com.br

Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa com as empresas que estiveram presentes no Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos de Responsabilidade Empresarial de 2007 e as adaptações às exigências do mercado consumidor, sob a ótica das certificações ambientais e sociais. Objetivo principal está em contribuir com as Ciências Sociais no entendimento da racionalidade das instituições frente ao contexto de desenvolvimento sustentável, destacando as possibilidades de estudos futuros para empresas do setor do agronegócio. Inicialmente, é preciso fazer uma breve discussão sobre alguns aspectos das teorias da escolha racional e sobre a problemática ambiental dentro das Ciências Sociais. A partir de teorias da ação racional e teoria da estruturação, o presente trabalho deseja entender como as ações desenvolvidas pelas empresas, como estratégias de negócios, promovem melhorias na qualidade de vida das comunidades que as empresas estão inseridas, gerando possibilidades de mudanças na estrutura social dos indivíduos participantes. Além do estudo sobre as

teorias do individualismo metodológico, o trabalho apresenta um levantamento bibliográfico sobre teoria social ambiental, mostrando como a problemática ambiental e o desenvolvimento sustentável estão presentes nos estudos das Ciências Sociais.

Discussão sobre teoria social e racionalidade

Os conceitos e teorias essenciais para o desenvolvimento deste trabalho configuram a problemática epistemológica do conceito de escolha racional, ação racional e estrutura social, a fim de chegar a possíveis julgamentos quanto às questões empresariais, como estas estão agindo e transformando a sociedade. Esses elementos-chave foram resgatados das obras de Max Weber, Anthony Giddens, Alfred Schutz, Jon Élster e Niklas Luhmann, buscando compreender, a partir desses elementos, a racionalidade da empresa em função dos projetos de responsabilidade sócio-ambiental por elas executados no atual contexto de desenvolvimento sustentável.

Partindo dos fundamentos metodológicos de Weber e Schutz, é preciso entender como a ação racional produz-se e é produzida pela estrutura social. Esse entendimento está baseado nas teorias de Anthony Giddens e Jon Élster, em suas obras *A Constituição da Sociedade* e *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*, respectivamente, pelas quais foi possível alcançar elementos essenciais para análise da racionalidade empresarial, entender como essas empresas se desenvolvem e agem na estrutura social que estão inseridas, a relação existente na interação da estrutura social – o meio onde vivemos – com a ação individual – a forma como agimos.

Nesse sentido, de acordo com Giddens e Élster sobre a teoria da escolha racional e estruturação, relacionando-os ao contexto do desenvolvimento empresarial, é possível inferir que a cognoscitividade que as empresas possuem a respeito da arena que estão inseridas, permite-lhes desenvolver-se definindo condutas apropriadas a cada momento, em um processo de monitoramento constante da realidade que os cerca. A ação racional nessas organizações pode ser definida a partir de um processo de construção social que ocorre ao longo do tempo e do espaço, constituindo-se num conjunto de práticas complexas e distintas que depende, entre outros fatores, da maneira particular como cada ator organizacional (como cada uma dessas instituições) apreende papéis a ele designados, da relação com outras pessoas, bem como dos contextos culturais nos quais estão inseridos.[1]

Assim, com os conceitos instrumentais do individualismo metodológico na teoria da escolha racional e estruturação, proposto por Weber, Giddens e Élster, têm-se elementos para compreender as racionalidades empresariais e como essas instituições agem conforme o sentido que elas mesmas

[1] JUNQUILHO, Gelson Silva. **Condutas Gerenciais e suas Raízes: uma Proposta de Análise à Luz da Teoria da Estruturação.** Revista de Administração Contemporânea: Edição Especial, 2003.

atribuem a questão de responsabilidade social e ambiental no presente contexto de desenvolvimento sustentável. Baseado nas palavras de Jon Élster, é possível compreender que os mecanismos empresariais, gerados pela escolha de suas políticas gerencias, são explicados por oportunidades e desejos, onde as escolhas são explicadas pelo que as empresas podem fazer e pelo que elas querem fazer. Assim, a escolha das estratégias a serem desenvolvidas pelo meio empresarial, frente ao novo contexto de desenvolvimento sustentável, aponta para uma verdadeira mudança de paradigma de produção.

Discussão sobre teoria social, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável, degradação ambiental, problema ambiental, novos modelos de desenvolvimentismo dentro da sociologia ambienta. Estas idéias estão presentes nas obras de Anthony Giddens, Enrique Leff e Ignacy Sachs e trazem a noção de como a questão do meio ambiente é tratada na teoria social contemporânea a fim de identificar categorias para composição de um modelo analítico da racionalidade empresarial frente às discussões sobre meio ambiente e sociedade.

O discurso do desenvolvimento sustentável dominou a natureza, transformando valores culturais e força de trabalho num capital humano, reduzindo-os a um valor de mercado e representado em códigos do capital. De acordo com Leff (2006), esse discurso é uma estratégia de poder para apropriação da natureza como meio de produção e de reprodução da racionalidade econômica, onde as estratégias de simulação do discurso do desenvolvimento sustentado permanece "um mecanismo extra-econômico da pós-modernidade para manter o domínio sobre o homem e a natureza". (LEFF, 2006).

Nesse sentido, para compreender a relação entre meio ambiente e sociedades, na proposta de Goldblat, baseado numa sociologia interpretativa de Giddens, deve-se diferenciar as causas diretas e as estruturais da degradação do ambiente; diferenciar potencialidades e capacidades de cada sistemas de produção como instrumento transformador do ambiente; deve-se averiguar as causas das atividades sociais que afetam os ecossistemas, os procedimentos econômicos e demográficos; identificar os tipos de impactos produzidos e suas conseqüências sociais e ecológicas. No modelo apresentado por Goldblat, a cultura também deve ser analisada dentro da esfera do conhecimento e compreensão do ambiente; distinguir as implicações das transformações ecológicas em relação às transformações que afetam a economia, a demografia e a saúde, levando em consideração as exigências e necessidades que cada sistema de produção impõem ao ambiente.

Ignacy Sachs, em *Rumo à Ecossocioeconomia* (2007), expõe uma idéia de desenvolvimento sustentável diferentemente do que Leff coloca em *Racionalidade Ambiental* (2006) e que chama de sociedade insustentável. Para Sachs (2007), o desenvolvimento sustentável está balizado em estratégias de desenvolvimento que tenham uma abertura mais efetiva à participação de todos os cidadãos a um meio ambiente saudável e de qualidade, ao emprego e ao exercício da cidadania plena.

Segundo Sachs (2007), a fim de alcançar o ecodesenvolvimento, é preciso levar em consideração:

a) Gestão da Qualidade do Meio Ambiente, que traz o PNB como um não indicador social, coloca projetos de planejamento participativos em longo prazo, analisando o custo-benefício pelo lado social, comparação de alternativas tecnológicas de projetos de desenvolvimento, análise dos possíveis impactos de degradação do meio ambiente social e incorporação da população local no planejamento e implementação dos projetos ambientais visando a qualidade de vida gerada por esses projetos.

b) Estilos de Desenvolvimento e Ambiente: ocorre pela tomada de consciência da sociedade quanto aos problemas ambientais, buscando uma mudança na forma de consumo desenfreada. Essa mudança nos estilos de desenvolvimento busca a satisfação das necessidades, evita o desperdício, coloca um novo conceito para o termo "perda", busca usar as ecotécnicas, leva em consideração a participação da comunidade local na realização das estratégias do ecodesenvolvimento.

A luz destes teóricos, a idéia de sustentabilidade implica numa redefinição do conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, formados a partir de um processo dialógico informado, o que reforça o sentimento de co-responsabilização e de constituição dos valores éticos. Entretanto, em contextos político-sociais como o de países subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento, não é possível ter somente no Estado a responsabilidade por articular medidas e programas de sustentabilidade, passando parte dessa responsabilidade para outro tipo de instituições, como empresas privadas e organizações não-governamentais.

Nesse sentido, Amarthya Sen, em "Desenvolvimento como Liberdade"[2], coloca que o papel desempenhado pelos mercados tem de depender do que eles podem fazer, mas também do que lhes é permitido fazer. Com isso, é possível entender o desenvolvimento das políticas sustentáveis no ramo empresarial, uma vez que as empresas, dotadas de recursos financeiros e na busca de legitimidade comercial, lançam-se a um novo paradigma de produção, onde o lucro privado acaba indo ao encontro dos interesses sociais.

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, no qual os governos não conseguem oferecer a uma grande parcela dos cidadãos assistência mínima como saúde e educação básica de qualidade,

[2] SEN, Amarthya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

muitas empresas têm assumido esse papel de fomentadoras das necessidades básicas de comunidades carentes, como será possível perceber no estudo de caso realizado neste trabalho. Em consonância com os conceitos de Sen, a elaboração e a execução de políticas públicas faz-se indispensável na promoção de oportunidades aos indivíduos, para que estes possam refletir e alcançar suas "liberdades", em prol de uma melhoria na própria qualidade de vida. O que foi feito pelo Estado do Bem-Estar Social, passou a ser papel desempenhado não só por organizações não-governamentais, mas também por empresas privadas, que deixaram de somente buscar o lucro "a qualquer custo" para inserirem-se no novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Diante do que foi exposto até aqui, se cabe ao Estado a responsabilidade objetiva para o alcance da qualidade de vida desejada, não se pode eximir as empresas de sua responsabilidade, pois estas influenciam as estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Assim, torna-se crescente o número daqueles que defendem a idéia de redefinição do papel social das empresas, as quais passam a ser entendidas como parte integrante da sociedade, tendo o dever de participar de forma responsável na solução dos problemas sócio-ambientais existentes nas comunidades em que está inserida. Muitos adeptos ao conservadorismo ambiental tecem duras críticas ao modelo de desenvolvimento sustentável e às políticas de responsabilidade social e ambiental desenvolvidas por empresas. Entretanto, o escopo principal é mostrar que essas iniciativas empresariais trouxeram resultados objetivos no campo social e ambiental.

Mesmo com "venda de imagem ambientalmente correta", os programas executados por algumas empresas apresentaram benefícios para as comunidades locais, para o meio ambiente e, por fim, para o desenvolvimento social. Assim, é indiscutível que a responsabilidade social das empresas faz nascer uma nova mentalidade de convívio conjunto da eficiência em gerar riqueza e dos valores concretizados na cidadania, na conservação do ambiente e na ética dos negócios para a garantia de um desenvolvimento sustentável.

Pesquisa e resultados iniciais

No relatório apresentado pelo Instituto *Ethos*, do ano de 2007, utilizado como banco de dados inicial, teve-se a análise de 50 empresas com suas iniciativas no campo de gestão ambiental e responsabilidade social. O estudo foi realizado pelo grupo de estudos Meio Ambiente e Sociedade do curso de Ciências Sociais da UFSM e que serviu como um primeiro banco de dados para a compreensão da problemática a ser analisada nos estudos posteriores. A análise deu-se nos respectivos aspectos:

- Caracterização geral do programa;
- Público-alvo atendido;
- Natureza das ações;
- Resultados
- Outras certificações que a empresa possui

Com a descrição desses aspectos formou-se um banco de dados pelo qual foi possível ter alguns resultados sobre esta pesquisa e que trouxeram os questionamentos para estudos do setor do agronegócio. Foi possível perceber que a maioria dos programas e ações apresentados são voltados para tipos humanos mais vulneráveis, como, por exemplo, deficientes físicos, grupo de mulheres, comunidades carentes, dentre outros grupos. A interação que as empresas apresentaram com esses grupos pode ser entendida como geração de oportunidades para o desenvolvimento na busca de qualidade de vida.

Com a presença das pressões por melhores condições de trabalho aos funcionários e devido a um novo modelo de estratégias empresariais que tratem da gestão ambiental e da responsabilidade social como indispensáveis ao crescimento das empresas, foi possível perceber exigências organizacionais no âmbito dos fornecedores, quanto à questão de práticas sociais e ambientais responsáveis. O cumprimento das obrigações trabalhistas, da promoção da inclusão legal ao mercado de trabalho passaram a fazer parte, do que o grupo denominou como as internalidades das empresas, uma vez que essas ações podem levar a efeitos diretos e indiretos nos indicadores econômicos e sociais nacionais.

O terceiro aspecto encontrado na análise do referido relatório social do Instituto *Ethos* foi quanto à busca por legitimação política para as ações desenvolvidas. Mais do que o interesse por fazer parte do grupo de empresas certificadas pelo Instituto *Ethos*, a maior parte das empresas observadas procura certificações e premiações dadas por outras ONGs e entidades sociais a fim de premiar e legitimar suas iniciativas desenvolvidas. De acordo com os dados, empresas foram certificadas por normas como as ISO 9001, ISO 14001, ABNT NBR, Selo Verde da FSC; outras empresas foram premiadas por organismos internacionais – ONU, dentre outras.

É importante entender nesse contexto que as empresas buscam por esta legitimação, dando, então, veracidade e validade às ações desenvolvidas. Entretanto, essa primeira análise realizada não levou em consideração os diferentes setores da economia a que as empresas pertencem, pois cabe

lembrar que em cada setor as pressões legais e sociais são distintas, bem como as exigências do mercado consumidor e das certificações.

Considerações finais e continuidade da pesquisa

Desde a década de 80, com surgimento de novos conceitos, como Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento, Produção Mais Limpa e o Gerenciamento Ambiental da Qualidade Total, foram-se ressaltando os vínculos possíveis entre preservação ambiental, atividade empresarial e crescimento econômico. Com chamado "mercado-verde" tem-se uma nova postura do mercado consumidor, exigindo maior qualidade e segurança em todo processo produtivo. Na internacionalização da produção, as tecnologias de Certificação nas Cadeias Produtivas tornaram-se fundamentais no controle dos riscos da produção e a segurança dos alimentos, associado às normas e padrões impostas por esse mercado consumidor. E é nesse contexto de estratégias que se buscará compreender como as empresas do agronegócio estão se adaptando a realidade econômica e como estão atuando, frente a um sistema de certificações, uma vez que, para compreender esta nova racionalidade empresarial não bastam estudos genéricos, sendo necessário pesquisas voltadas para cada setor da economia e até mesmo em cada setor de produção.

Com a análise dos dados, das teorias e publicações sobre responsabilidade empresarial, nota-se, nos últimos anos, uma preocupação crescente em relação aos problemas ambientais relacionados à produção, distribuição, consumo e descarte de produtos, e às suas repercussões no desempenho das empresas. Tais preocupações são advindas tanto do rigor das regulamentações ambientais, quanto das pressões da sociedade civil organizada, dos movimentos ambientalistas mais específicos e organizados, do mercado de consumo que valoriza os atributos ambientais e sociais das empresas, aumentando assim a competitividade e da limitação das fontes de recursos naturais.

Compreender as transformações na indústria tem sido assunto recorrente nas publicações acadêmicas e científicas. Entretanto, faz-se necessário compreender como o setor da produção agrícola adaptou-se ou está se adaptando às exigências o mercado nas estratégias da gestão, uma vez que agronegócio não depende exclusivamente de matérias produzidas em laboratórios, mas sim em plantas e animais. Eis a especificidade das empresas agrícolas: o processo produtivo vai desde a qualidade do solo e da água à qualidade e segurança na produção de produtos industrializados.

Continuidade desta pesquisa ocorrerá com a construção de um banco de dados específico de empresas do setor do agronegócio, no Rio Grande do Sul, que possuem certificações de qualidade como ISO 9001, ISO 14001, ISO 22000 e outras certificações, organizando-as em grupos de acordo

com o tempo que possuem selos de qualidade ou em processo de aquisição. As fontes de pesquisa serão revistas e periódicos sobre a produção de qualidade, contato com organizações como Sebrae/RS, Instituto Ethos, Associação Brasileira de Normas Técnicas e com as próprias empresas relacionadas no banco de dados.

Para interpretar e explicar as ações desenvolvidas por estas empresas, é preciso começar com uma descrição das estruturas fundamentais da realidade que as mesmas atuam, uma realidade que, como observado nas análises, é composta por um público com grandes necessidades de condições básicas de qualidade de vida, mas que é dotada de sonhos e fantasias, valores e signos. Entender as conseqüências concretas desses programas demanda um estudo particular e sistemático de cada realidade, que consiga dar conta da dimensão de cada dado coletado nesses projetos, como estes são organizados, pensados e desenvolvidos em cada localidade. Mais do que a compreensão da metodologia de implementação desses projetos, diante da constatação de que muitas transformações sociais podem ser conseqüências da efetividade desses programas, ainda é preciso fomentar maiores estudos sobre os efeitos econômicos e sociais dessas ações, tanto dentro das próprias empresas como nas comunidades beneficiadas, além das transformações maiores que as mesmas provocam em toda a sociedade.

Referencial Bibliográfico

- DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental. Perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Senac, 2003. (p. 19-137).
- ELSTER, Jon. Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERREIRA, Leila da Costa. Questões Ambientais, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.
- GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. Para Além da Esquerda e da Direita. O futuro da Política Radical. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GOLDBLAT, David. Teoria Social e Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- HOFFMAN, A, J. Integrating environmental and social issues into corporate practice. Environment, Jun. 2000. IN: SOUZA, Renato Santos de. Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- JUNQUILHO, Gelson Silva. Condutas Gerenciais e suas Raízes: uma Proposta de Análise à Luz da Teoria da Estruturação. Revista de Administração Contemporânea: Edição Especial, 2003.
- LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SACHS, Ignacy. Rumo à Ecossocioeconomia. São Paulo: Cortez, 2007.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, Renato Santos de. Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- WEBER, Max. "Conceitos sociológicos fundamentais". In: Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 1992.
- _____. "A Objetividade" do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política". In: Metodologia das Ciências Sociais. Campinas: Cortez Editora; Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. "O sentido da 'Neutralidade Axiológica' nas Ciências Sociais e Econômica". In: Metodologia das Ciências Sociais. Campinas: Cortez Editora; Editora da UNICAMP, 1992.

Sitios

- http://www.ecologflorestal.com.br/sub/81.av
- http://www.setor1.com.br/embalagens/seloverde/selo_verde.htm
- http://pt.wikipedia.org/wiki/ISO
- www.ethos.org.br